



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

# AS BASES POLITICO-IDEOLÓGICAS DO SURGIMENTO DO MULTIPARTIDARISMO EM ANGOLA

THE POLITICAL AND IDEOLOGICAL BASES OF THE EMERGENCE OF MULTIPARTYISM IN ANGOLA

**RESUMO:** Este trabalho é de caráter descritivo e explicativo, com objetivo de analisar as bases político-ideológicas do surgimento do multipartidarismo em Angola. O surgimento de Angola como Estado é fortemente marcado por constantes divisões no seio dos líderes políticos dos movimentos de libertação. Por isso, de forma natural, a proclamação da independência, foi antecedida pela assinatura do acordo de Alvor. Com o alcance da independência nasce o monopartidarismo, aumentando ainda mais as rivalidades que existia entre os principais movimentos, que degenerou numa guerra civil. Assim para pôr fim ao conflito e permitir a abertura do regime político, foram assinados em maio de 1991, os acordos de Bicesse que estabeleceram a paz e a democracia em Angola, marcando o nascimento do multipartidarismo.

**Armando Chipaco Vifuanda**

**PALAVRAS-CHAVE:** Político-ideológico; Multipartidarismo; Angola.

**ABSTRACT:** This work is descriptive and explanatory in nature, with the aim of analyzing the political and ideological bases of the emergence of multipartyism in Angola. The emergence of Angola as a state is strongly marked by constant division within the political leaders of the libertarian movements. So, naturally, the proclamation of Independence was preceded by the signing of the Alvor agreement. With the achievement of Independence, a one-party system was born, further increasing the rivalry that existed between the main movements, which degenerated into a civil war. To put an end to the conflict and open up the political regime, the Bicesse agreements were signed in May 1991, establishing peace and democracy in Angola and marking the birth of multi-party politics.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

**KEY WORDS:** Political-ideological; Multipartyism; Angola

# AS BASES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DO SURGIMENTO DO MULTIPARTIDARISMO EM ANGOLA

Armando Chipaco Vifuanda <sup>1</sup>

## Introdução

A abordagem sobre as bases político-ideológicas da implementação da democracia pluralista em Angola, é resultado de várias pesquisas em torno da temática que pouco se tem falado sobre os meandros que nortearam a instauração do multipartidarismo. Os movimentos nacionalistas angolanos iniciaram em 1961 a luta armada para o derrube do poder colonial, que ocupava ilegalmente o território angolano. Neste período, se verificou três acontecimentos importantes: a revolta da baixa de cassanje, a 4 de janeiro, os ataques a casa de reclusão militar, a 4 de fevereiro e os ataques na região norte de Angola, perpetrado pelos elementos pertencentes a UPA. Para tal, foi necessário perceber a identidade política e ideológica que fora sendo adotados pelos movimentos durante o processo de libertação, bem como do processo de negociação para a independência, com foco nas diretrizes que determinaram a implementação da democracia, uma vez que, desde cedo, as ligações com as potências externas submeteram o novo país a um regime socialista, pelo facto de que o movimento a proclamar a independência defendia tais ideias.

Angola aparece na arena política como um estado democrático e que aceita o pluralismo a partir de 1991, aquando da assinatura do acordo de Bicesse entre o Governo de Angola, representado por José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola e do Movimento Popular de Libertação Nacional de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), representando o seu líder, Jonas Malheiro Savimbi. Este cenário foi antecedido por um período de guerra civil iniciado desde a proclamação da independência a 11 de novembro de 1975 e que teve a sua origem nas ideologias defendidas por cada um dos movimentos nacionalistas angolanos. Assim, a necessidade de analisar o percurso histórico e político-ideológico dos atores angolanos de 1975 até 1991.

## O conflito armado após a proclamação da Independência

O fracasso do acordo de Alvor e a ineficiência da cimeira de Nakuru em 1975, levou a proclamação de uma independência confusa porque tanto a UNITA e a FNLA, não reconheciam

---

<sup>1</sup> Docente do ensino geral na rede pública de Angola. Licenciado em Ensino de História pelo ISCED-HUÍLA, e mestre em História – especialidade História Contemporânea pela Universidade do Minho. [Avifuanda2020@gmail.com](mailto:Avifuanda2020@gmail.com)

a legitimidade do governo instituído. Agostinho Neto, em nome do MPLA proclamava em Luanda, o nascimento da República Popular de Angola. Por sua vez, de forma de coligação, a UNITA e a FNLA, proclamavam o nascimento da República Democrática de Angola no Huambo e Uíge, respetivamente. Essa realidade, deixava claro o clima de tensão política político-ideológico que os movimentos nacionalistas se debatiam desde a década de 1960 (VISENTINI, 2012, p. 41).

De acordo com Silva (2017), dada a bipolarização do mundo na altura em que inicia o conflito civil angolano, e também em função dos modelos ideológicos que cada um dos beligerantes adotou, o conflito interno angolano ocorreu dentro do quadro da guerra fria, já que as duas superpotências buscavam áreas de influências através da criação de pactos e estabelecimentos de estruturas políticas, ideológicas e militares. Foi nestas condições que a guerra a angolana se transformou mais do que num conflito doméstico, que foi sendo alimentada pelas potências mundiais através dos apoios que forneciam aos beligerantes.

A independência de Angola materializou-se no auge da Guerra Fria. O conflito armado que se viveu nos anos seguintes, foi em parte, consequência das posições antagónicas adotadas pelo MPLA e pela UNITA. A oposição de ideias levou ao conflito armado entre as partes (SILVA, 2017, p. 55).

A ambição pelo poder, a intolerância política e ideológica, a necessidade de atender aos interesses externos acabaram por defraudar os ex-colonizados (angolanos), já que a liberdade, a paz, a prosperidade, a felicidade e o bem-estar foram adiados para dar a primazia à um longo período de guerra, assente essencialmente na falta de entendimentos entre os principais movimentos de libertação.

Numa primeira fase, o conflito civil foi marcado por ataques que visavam o derrube das áreas de influência de cada uma das partes, pois que apesar da proclamação da independência, o conflito militar verificava-se em todas regiões do país, sendo que as tropas sul-africanas, apoiantes da UNITA, prosseguiram no dia 13 de novembro de 1975 a caminho do Novo Redondo (atual Sumbe) sede da província do Kuanza Sul. Essa coluna foi impedida pelas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) e as tropas cubanas no rio Keve. Por sua vez, a FAPLA e as Forças Armadas Revolucionárias cubanas, estabeleceram uma linha defensiva, que era impossível de ultrapassar na direção Porto Amboim-Gabela-Kibala. A partir de 1 de janeiro de 1975, as FAPLA e FAR iniciaram as ofensivas em direção norte de modo a destruir as bolsas de independências de resistência da FNLA (Júnior e Difuíla, 2015, p. 244).

Ainda sobre o assunto, Muekalia (2011), diz-nos que proclamada a independência, o MPLA, começou uma investida contra as posições da FNLA no norte de Angola, o que lhe

permitiu em dezembro recuperar a cidade de Caxito, posteriormente as regiões de Negage e Uige em janeiro de 1975. Perante as ofensivas do MPLA, o movimento de Jonas Savimbi, empreendeu a 9 e 12 de fevereiro de 1976, uma longa peregrinação, denominada “longa marcha”, tendo parado em Silva Porto (atual Kuito) e Serpa Pinto (atual Menongue). A marcha teve como objetivo conseguir o apoio financeiro e militar do seu principal aliado, os EUA de modo a criar condições para resistir as ofensivas da FAPLA e da FAR, mas a forte pressão exercida obrigou a UNITA a retirar-se para o Gago Coutinho (atual Lumbalanguilo Moxico) onde passou a receber apoio logístico, armas e fundo Central de Inteligência Americana, CIA (JÚNIOR; DIFUILA, 2015, p. 245).

Os sucessivos ataques e contra-ataques entre os ex movimentos de libertação nacional de Angola comprovam que a conquista da independência não significou o calar das armas. Dependendo das aspirações de cada um, pode-se aferir que o anseio por governar a jovem nação prorrogou esta nova guerra, dessa vez entre os filhos da mesma pátria.

### **Os principais intervenientes**

Entre os principais motivos para a intervenção sobressai as rivalidades ideológicas, os interesses económicos e geoestratégico que o território angolano representava. O conflito que se assistiu a seguir a proclamação da independência refletia as divergências ideológicas dos movimentos nacionalistas que eram apoiados pelas duas superpotências, de um lado tínhamos o bloco pró-ocidental liderado pelos Estados Unidos da América, defensor do capitalismo, e do outro, tínhamos a ideologia socialista liderado pela URSS, envolvendo igualmente os seus aliados africanos. Assim dentre os principais intervenientes no conflito angolano, salientam-se: O Zaire, África do Sul, URSS, a Cuba e EUA (ANDRADE, 2008, p. 70). No que respeita os apoios prestados à FNLA, Gonçalves (2012), explica que com vista a concretização dos ideais defendidos pelos dirigentes da FNLA e em função da ligação étnica, o Zaire de Mobutu, transformou-se num parceiro importante na ajuda prestada à FNLA, pois na sua origem histórica, este movimento defendia a herança da etnia dos Bakongo, o reino do Congo, e por isso era um forte opositor do comunismo. Neste sentido, em maio de 1974, a FNLA instalou a sua base militar no Zaire, composta de 112 assessores militares com 450 toneladas de armamento, sendo esta base fundamental para o controlo do Norte.

Em 1973 a República do Zaire de Mobutu, tomou a iniciativa de interferir no conflito e Angola, em participar e de forma conjunta com o exército da FNLA ainda que a sua intervenção tenha sido oficial em 1975. Está posição é também reforçada, visto que em 1974, havia várias desconfianças sobre a presença de

forças zaienses nas fileiras da FNLA, que acabou por se confirmar em 1975 quando este pediu o auxílio do estado zaiense (Tali, 2023, p. 36).

Durante a sua luta, a UNITA foi fortemente apoiada pela África do Sul e por CUBA, mas o seu líder, Jonas Savimbi, também contava com o apoio estratégico da República da China. Assim, a África do Sul, como principal apoiante da UNITA, interveio no conflito angolano com base em três fases: a primeira fase acontece em julho de 1975, ano em que acontecem os primeiros confrontos com o exército Catrista, teve como objetivo o descobrimento das regiões onde se encontrava a base armada da SWAPO; a segunda fase, visava prestar ajuda as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), braço armado da UNITA; já a última fase, ficou conhecida como operação Savana e tinha como objetivo penetrar a capital de Angola a partir do sul, combatendo ao lado do braço armado da UNITA e da FNLA, para retirar o MPLA da capital antes da proclamação da independência (BELO, 2022, p. 283).

O interesse da China em apoiar os movimentos, despertou o interesse de Moscovo de propagar a revolução comunista de forma mais ativa apoiando os movimentos antiocidentais. Por isso, no decorrer da direção de Sousa Coutinho que era o alto-comissário do governo português em Angola, a União soviética teria canalizado ajuda militar ao MPLA através do governo de Brazzaville. Desde o princípio da década de 1960, que o governo de Brazzaville era apoiado pela URSS, que passava a ser o principal suporte da formação do MPLA. Devido a fronteira que o Congo fazia com o enclave de Cabinda, este movimento conseguiu fazer entrar armamento russo no território angolano. NO ano de 1974, o MPLA conseguiu enviar a Moscovo mais de 250 mil homens para receber treinamento militar, e no segundo semestre do mesmo ano, conseguiu aumentar a força militar graças a ajuda soviética e antes da entrada em vigor do acordo de Alvor (VISENTINI, 2012, p. 57).

Para consolidar o seu poder em Angola e implementar o seu plano, o MPLA, vai recorrer ao apoio político e militar cubano, partindo de princípio de que havia da parte de Cuba, disponibilidade para auxiliar os movimentos revolucionários em África e os estados que surgiriam. Moreira (2023, p. 180), esclarece que a solicitação de apoio do governo angolano ao regime de Fidel Castro, aconteceu em agosto de 1975, com uma operação logística que passava por fornecer armas e soldados ao movimento comunista.

Este acontecimento acabou por mudar todo cenário no sul de África e a estabilidade do poder inclinou para o lado do MPLA. Por seu turno, Domingues (2002, p. 131) esclarece que a participação dos soldados cubanos no conflito angolano, foi importante para impedir o progresso das forças da África do Sul, FNLA, e UNITA que nas vésperas da proclamação da Independência, encontravam-se a menos de 300 quilómetros de Luanda e forçá-los a retirar. Este

---

exército, composto por 36 mil homens e 400 tanques chegaram em Angola a pedido de Agostinho Neto.

### **Fatores internos e externos para a implementação do Multipartidarismo em Angola**

A década de 1980 surge um novo cenário geopolítico mundial, motivado pelo fim da guerra fria que envolvia das duas superpotências, nomeadamente EUA e URSS. Por outro lado, a persistência no conflito armado exigia, mesmo que de forma implícita, um modelo político ideológico que fosse mais inclusivo, o Multipartidarismo. Deste modo, a transição do sistema monopartidário para o multipartidarismo ganhava cada vez mais peso, mediante a fatores endógenos e exógenos.

António (2015), após a proclamação da Independência, Angola entrou num clima de guerra civil que colocava frente a frente os movimentos nacionalistas, mas esse conflito travado entre MPLA e UNITA, desgastava a situação política, económica e social de Angola, deixando claro que o seu fim e a instauração de um modelo democrático eram esperados pelos angolanos. Outro aspeto de extrema importância, foi a pressão da UNITA ao governo do MPLA desde o seu surgimento, a UNITA mostrou ser um movimento firme no alcance dos seus objetivos, tendo um líder destemido e obstinado. Após a proclamação, a UNITA travou um conflito civil com o MPLA que de uma ou de outra forma servia de pressão ao governo para abertura de um processo de negociação para a resolução da situação e da alteração do sistema que existia em Angola desde 1975, que excluía outras forças políticas, pois o governo marxista-leninista defendia o sistema de partido único (PELLISSIER; WHEELER, 2016, p. 364).

Os fatores internos jogaram um papel importante, provocando uma situação insustentável para o problema angolano. Os fatores externos foram determinantes para a mudança no sistema político-ideológico. A queda do muro de Berlim estava muito ligada a diversos aspetos, tais como: a ascensão a de Gorbachev em 1985, implementou duas medidas a Glanost e a Perestroika, que provocaram profundas transformações na política da URSS e do bloco do Leste, colocando em choque a ordem ideológica planetária (MOUNGEL; PACTEAU, 2009, p.107). Assim a queda do muro de Berlim a 9 de novembro de 1989, passou a ser um facto significativo e muito comovente para a Alemanha e para o mundo, pois o simbolizava a existência de ideologias divergentes entre as grandes potências, a chamada cortina de ferro. Durante a existência do muro, muitos habitantes da Alemanha Oriental procuraram ultrapassá-lo em busca de refúgio na Alemanha Ocidental, sendo que os ousados muitas vezes pagavam com a própria vida (DUROSSELLE; KASPI, 2009, p. 386)

Para Silva (2017) a hegemonia dessas duas nações foi fundamental para o fim da segunda guerra mundial, sendo que passaram a defender ideologias diferentes, os EUA, passaram a defender o capitalismo, enquanto a URSS, passou a defender o socialismo, dando início a um conflito ideológico, político, tecnológico e social. A guerra fria que foi um conflito em que não houve o uso de exército, todavia, com consequências sociais e económicas para todo mundo, sendo que um dos maiores símbolos do conflito foi a divisão da Alemanha com a construção do Muro de Berlim, pois os estados vitoriosos da segunda guerra mundial, EUA e a URSS, não chegaram a um consenso e em 1949 dividiram Alemanha em dois países. Assim, em 1991 é o ano da reunificação da Alemanha dando origem a derrocada da URSS, do socialismo. Outrossim, em diversos países da Europa do Leste, os líderes tornaram-se obsoletos, marcando o desaparecimento das “democracias populares” ao mesmo tempo em que a URSS perdia os seus satélites que servia de tampão para a expansão ocidental. Assim, o bloco militar russo, o Pacto de Varsóvia bem como a COMECON, deixavam de ter grande utilidade e é oficialmente desfeita a 27 de junho e a 1 de julho de 1991, respectivamente, o que precipitou a crise soviética que levou ao colapso do socialismo.

### **O acordo de Bicesse e a implementação da democracia pluralista**

Savite (2014) com o objetivo de pôr termo ao conflito, o MPLA e a UNITA empreenderam esforços que visava estabelecer uma solução negocial do conflito que perdurava durante anos, devido a divergência ideológica resultantes do posicionamento de cada um. Para a efetivação da paz, os beligerantes do conflito angolano tiveram no acordo de Bicesse, resultados positivos. A concretização deste acordo não dependeu somente da boa vontade do governo do MPLA, liderada na época por José Eduardo dos Santos, e da UNITA, liderada por Jonas Malheiro Savimbi, mas também da conjuntura internacional que era favorável para afirmação das democracias liberais. O sucesso de Bicesse e o alcance de um reconhecimento recíproco entre as partes em conflito, foi preciso um extenso processo de conversações em que muitas das vezes não se vislumbrava a esperança da solução. Neste sentido, as negociações continuaram graças a calma e paciência de Durão Barroso, que conseguiu criar um ambiente propício para que as paragens nas negociações não se tornassem roturas definitivas e assim aconteceu em 1991 (FERNANDO, 2013, p. 244).

A trajetória das negociações de paz foi longa e complexa, e só tiveram resultados positivos graças a boa vontade política das duas partes em conflito, o governo da República de Angola e a UNITA, bem como a ativa intervenção pacífica dos países observadores, sobretudo os

EUA, a URSS, Portugal e as Nações Unidas que ajudaram a ultrapassar os obstáculos, mormente na conjugação das duas agendas milita: militar e política. Cada uma das partes tinha um ponto considerado, mais fulcral, que condicionava de certo modo o processo negocial. Assim, para o GRA, o cessar-fogo aparecia como fator determinante para os novos desafios do governo com a desintegração da URSS em 1991, ao passo que a UNITA de Jonas Savimbi, um dos principais desafios consistia no reconhecimento legal da sua organização, constituía um elemento imprescindível (VALENTIM, 2011, p. 133).

Não obstante as dissensões, as delegações tiveram o primeiro contacto em Portugal, Évora, em 24 de abril de 1990. Segundo Muekalia (2013), o primeiro contacto entre os envolvidos do acordo prévia em linhas mestras o seguinte:

1. O reconhecimento mútuo: aquilo que aconteceu em 1975, aquando da proclamação da independência, fez nascer um governo angolano não reconhecido pela UNITA e FNLA, ao mesmo tempo que o governo não reconhecia os seus parceiros na luta colonial como partidos opositores. Assim, com a assinatura de Bicesse, o governo pretendia o reconhecimento do Estado angolano e da legitimidade do poder do MPLA, pretendia o reconhecimento como representante do povo.
2. Exército Nacional: um dos aspetos que fez com que o conflito continuasse era a existência dos exércitos afetos a cada um dos beligerantes, FAPLA, afeto ao MPLA, e a FALA. Afeto a UNITA. Para o MPLA, não havia necessidade de constituir um novo exército nacional, pois bastava apenas integrar os efetivos da UNITA no braço armado do MPLA, enquanto a UNITA, defendia a formação de um novo exército, composta por forças das FAPLA e FALA.
3. Reconciliação Nacional: o governo propunha a sua realização no âmbito da ordem constitucional existente, enquanto a UNITA considerava ser necessário abordar a o problema do multipartidarismo no quadro da reconciliação, rejeitando a sua realização na base da ordem constitucional existente.
4. Realização de eleições gerais: o governo defendeu o desenvolvimento e aperfeiçoamento na ordem legal existente, dentro de uma solução de continuidade, podendo o multipartidarismo vir mais tarde ou mais cedo, dependendo das circunstâncias. Para a UNITA, as eleições gerais pressupõem a existência de partidos e que a paz pressupõe um acordo de cessar-fogo.
5. Direitos e liberdades: O governo declarou não querer privilegiar nenhum direito, mas encarar todos globalmente, enquanto a UNITA insistiu no multipartidarismo que pressupõe o direito à livre associação.



Segundo Valentim (2011) para além desta primeira ronda de negociação, seguiu-se mais seis encontros, todos realizados em Portugal, entre 1990 à 1991. Estes encontros pretendiam criar mecanismos que permitissem a assinatura harmoniosa dos acordos de paz, determinante para a implementação do Multipartidarismo. Percebe-se que o processo negocial para a assinatura de Bicesse, envolveu várias cedências entre as partes para terminar com o conflito. Este processo não marcou somente o culminar do conflito civil numa altura que se verificaram vários acontecimentos que ditaram o fim da economia centralizada e planificada, mas também acontecem de forma simultânea com factos importantes no seio do MPLA e a da UNITA, destacando-se: a) a realização do congresso da UNITA em Março que abriu caminho para a sua transformação de partido armado para partido político; a) a realização do II congresso extraordinário do MPLA-PT que marcou oficialmente o abandono da ideologia marxista-leninista e pela aprovação de uma economia de mercado e um sistema democrático multipartidário, a publicação da lei constitucional revista, consagrando o abandono do sistema económico e do regime político adotado em 1975, surgindo um estado democrático de direito baseado no sistema multipartidário (SAVITE, 2014, p. 279). A 31 de Maio de 1991, José Eduardo dos Santos, então presidente da República de Angola e Jonas Savimbi, presidente da UNITA, celebraram em Lisboa, num encontro presidido por Cavaco Silva, na presença do Secretário-geral das Nações Unidas, Pérez Cuellar, bem como dos responsáveis da política externa do EUA, URSS e do alto representante da Organização da Unidade Africana, a suspensão das hostilidades. Essa celebração ficou conhecida como acordo de paz de Bicesse.

Por seu turno, Domingues (2002) refere que em Bicesse reproduziram célebres documentos destacando-se o acordo de cessar-fogo e os princípios para fundamentais para a instalação da paz em Angola com realce: a criação da Comissão Conjunta Político. Militar (CPPM), o reconhecimento pela UNITA do estado Angolano, e o do presidente José Eduardo Santos e do governo até a realização de eleições, a realizações de eleições livres e justas e o respeito pelos Direitos Humanos e Liberdades fundamentais incluindo o direito de livre associação. O acordo de Bicesse constitui o marco da transição em Angola, uma vez que lançou bases não apenas para a pacificação, mas, sobretudo, para a democratização do país, iniciando tripla transição: da guerra à paz; de um estado ditatorial de tipo marxista-leninista a um estado democrático e de uma economia socialista administrada a uma economia liberal de mercado (ANTÓNIO, 2013, p. 131). Ainda de acordo com o autor, assinatura do acordo do Bicesse encerra a primeira etapa da história política contemporânea de Angola, tendo-se introduzido nessa fase, a democracia pluralista, a promulgação da nova lei constitucional (Lei nº 12/91), revista a 16 de setembro de 1992 (lei nº 23/92) e a de 20 de novembro (lei nº 24/92). E ocorreram

algumas mudanças, nomeadamente: a alteração da República Popular de Angola para República de Angola, a Assembleia do Povo deu lugar a Assembleia Nacional, os Tribunais deixaram de ter a nomenclatura de Popular e a reafirmação de Angola como um verdadeiro estado democrático e de direito assente na descentralização de funções e interdependências entre os órgãos de soberania.

Essas alterações resultaram de uma vasta revisão constitucional que o país experimentou desde o período da independência. Para Andrade (2008, p. 259) Essas mudanças, tinham como pano do fundo o garante de uma série de direitos e liberdades que durante a primeira república no sistema monopartidário, havia sido suspenso. Essas leis visavam assegurar a participação dos cidadãos na vida política.

### **Considerações finais**

Em forma de epílogo, pelo facto de a independência ocorrer num contexto bastante conturbado devido à instabilidade que se vivia a nível internacional com o conflito político-ideológico que opunha as duas superpotências EUA e URSS, deu-se a proclamação de duas Repúblicas: A República Democrática de Angola, fruto da coligação FNLA/UNITA, nas províncias do Uíge e do Huambo, e a República Popular de Angola proclamada em Luanda feita pelo MPLA. O MPLA em 1975 adota o sistema monopartidário, que excluía outros movimentos. Angola viveu no sistema do partido único de 1975 até 1980, altura em que se deu, a nível internacional, a queda do Muro de Berlim e a conseqüente derrocada da União Soviética.

Os fatores que estiveram, portanto, na base ideológica e política do surgimento do multipartidarismo em Angola, podem ser entendidos na base da situação interna e externa, concretamente a situação de pressão que o conflito civil exercia sobre o governo do MPLA, a necessidade de uma abertura para aliviar a situação dentro do próprio MPLA, o fim da guerra fria com a queda do Muro de Berlim e a derrocada da URSS que acabou por depor o seu modelo ideológico, o socialismo. Todos esses factos e eventos acabaram por marcar o início do multipartidarismo, culminando com a assinatura dos acordos de Bicesse em 1991 entre o governo angolano e a UNITA, tendo-se efetivado com a realização das eleições multipartidárias e presidenciais em setembro de 1992.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ANTÓNIO, Nelson Domingos. **Transição pela Transação, uma análise de democratização em Angola.** Tese de (Doutoramento em Ciência Política) - Programa de Pós- Graduação em

Sociologia e Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio Janeiro, 2020.

ANDRADE, Justino Pinto. Angola e o Multipartidarismo. In: **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola**. Lisboa, Editora Firmamento, 2008.

BELO, António. **Angola e a Independência, Diário da Transferência de Soberania**. Lisboa: Edições Colibri, 2022.

DOMINGUES, Carlos Alberto. **Guerra, Justiça e Paz**. Lisboa: Universitária Editora, 2002.

DUROSSELE, Jean Baptiste; KASPI, André. **História das Relações Internacionais de 1949 aos nossos dias**. Lisboa: Editora Textos e Gráficos, 2014.

FERNANDO, Emídio. **Jonas Savimbi no lado errado da História**. Lisboa-Portugal: Editora Leya, 2013. 4ª edição.

MOUNGEL, François Charles; PACTEAU, Chantal. **História das Relações Internacionais século XIX e XX**. Lisboa: Portugal, coleção saber, 2009.

MUEKALIA, Jardo. **Angola e a segunda revolução: Memórias de luta pela democracia**. Lisboa: Editora Sextante, 4ª edição, 2013.

PELISSIER, René; WHEELER, Douglas. **História de Angola**. Lisboa: Editora Tinta da China, 6ª edição, 2016.

SAVITE, Carlos Chissapa. **Angola no Contexto das Relações Internacionais 1961-1991**. Lobito (Angola): Escola Editora, 2014.

SILVA, Ismael. **Luena 45 dias de Batalha**. 1 Edição. Luanda: Mayamba Editora, 2017.

TALI, Jean-Michel Mabeko. **Rótulos Atribuídos e Rótulos, Memórias e Identidades Políticas em Angola**. Lisboa? Editora Guerra e Paz, 2023.

VALENTIM, Jorge. **Caminhos para Paz e Reconciliação Nacional, de Gbadolite a Bicesse**. 2 Edição. Luanda-Angola: Mayamba Editora. 2011

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Recebido em: 14/11/2023

Aprovado em: 12/07/2024